

A FORMA RETOMADA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DAS RETOMADAS DE TERRAS, A PARTIR DO CASO TUPINAMBÁ DA SERRA DO PADEIRO

DANIELA FERNANDES ALARCON

RESUMO *Este artigo, baseado em pesquisa etnográfica, debruça-se sobre o processo de recuperação territorial que vem sendo levado a cabo pelos Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro (sul da Bahia) na última década. Mais especificamente, focaliza as retomadas de terras, caracterizando-as como a principal forma de ação política desenvolvida contemporaneamente pelo grupo. Tomando como inspiração o modelo de análise desenvolvido por Lygia Sigaud para a consideração dos acampamentos sem-terra em Pernambuco, busca apresentar contribuições, a partir da análise do caso Tupinambá da Serra do Padeiro, para uma caracterização empírica e teoricamente lastreada do que poderíamos chamar de “forma retomada”.*

PALAVRAS-CHAVE *Povos indígenas; retomadas de terras; Tupinambá.*

ABSTRACT *This article, based on ethnographic research, considers the process by which, in the last decade, the Tupinambá people of Serra do Padeiro (in the southern part of Bahia state, Brazil) have retaken possession of its traditionally occupied lands. More specifically, the article focuses on the retomadas de terra, which are presented as the main form of political action developed by the group nowadays. By analyzing the case of Serra do Padeiro —inspired by the analytical framework developed by Lygia Sigaud, concerning landless peasants occupations in the state of Pernambuco—, the article aims to contribute to the literature on “retomadas de terras”.*

KEY WORDS *Indigenous peoples; retaking of lands; Tupinambá.*

INTRODUÇÃO

Desde 2004, os Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro, no sul da Bahia, vêm levando a cabo ações coletivas conhecidas como *retomadas de terras*. Em uma definição sucinta, pode-se afirmar que as retomadas de terras consistem em processos de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não-índios. Entre maio de 2004 e maio de 2013, 22 fazendas foram recuperadas, apenas nessa aldeia.¹ Antes do início do processo de retomada, os indígenas viviam no interior de fazendas (mantendo com os pretensos proprietários dessas áreas relações de meação ou trabalho assalariado, entre outras); em pequenos sítios, que haviam logrado manter em sua posse, a despeito do avanço dos não-índios; ou mudaram-se para outras localidades, como sedes de municípios da região ou metrópoles do centro-sul do país. Apesar de os indígenas, nesse período, terem ampliado significativamente a área que ocupam, ela permanece descontínua, já que persistem no território fazendas e sítios em posse de não-índios.

O longo processo de territorialização da população indígena da região tem como marco o estabelecimento do aldeamento jesuítico de Nossa Senhora da Escada, em 1680, no que hoje corresponde à sede do distrito de Olivença, localizada a cerca de 21 km da cidade de Ilhéus.² Ao longo do tempo, os indígenas tiveram as áreas em sua posse drasticamente reduzidas, conforme grandes porções do território eram fixadas em fazendas pretensamente pertencentes a não-índios. No século xx, a expansão capitalista sobre essas terras de ocupação tradicional, que visava a conversão de um território culturalmente construído em fator de produção, intensificou-se. Diferentes mecanismos de expropriação territorial foram empregados nesse contexto, ao passo que os indígenas engendraram um conjunto de estratégias de resistência para a defesa de seu território.

1 Entre junho e agosto de 2013, os Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro realizaram dezenas de novas retomadas não contabilizadas aqui.

2 O processo de territorialização pode ser compreendido como “uma intervenção da esfera política que associa – de forma prescritiva e inflexível – um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados” (PACHECO, 1998, p. 56). Ainda conforme essa caracterização, a territorialização passa, necessariamente, pela “reelaboração da cultura e da relação com o passado” (Idem., p. 55). Contudo, alerta o antropólogo, esse processo “não deve jamais ser entendido simplesmente como de mão única, dirigido externamente e homogeneizador”, posto que ele é atualizado pelos povos indígenas (Idem., p. 60). Para uma reconstituição do processo de territorialização dos Tupinambá, ver ALARCON (2013).

Em maio de 2002, o Estado brasileiro reconheceu oficialmente a existência do povo Tupinambá.³ Dois anos depois, respondendo às demandas indígenas, a Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciou o procedimento de identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença. Transcorridos cinco anos, o órgão indigenista aprovou o relatório circunstanciado elaborado pelo grupo de trabalho encarregado dos estudos técnicos, delimitando a TI em uma área de 47.376 ha, que abrange porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una. No sentido leste-oeste, ela se prolonga da costa marítima à cadeia montanhosa conformada pelas serras das Trempes, do Serrote e do Padeiro, e, no sentido norte-sul, do rio Cururupe à Lagoa do Mabaço. A área é recoberta pela Mata Atlântica e ecossistemas associados; nas últimas décadas, contudo, a expansão das atividades agrícolas na região reduziu drasticamente a vegetação nativa, restando poucas áreas bem preservadas. Quando da conclusão deste artigo, o processo demarcatório ainda estava em curso, sendo os prazos legalmente estabelecidos, sistematicamente violados pelo governo federal.

Não se dispõe de dados precisos acerca do número de habitantes indígenas da TI. Estima-se, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (Funasa/MS) para 2009, que a área seja habitada por cerca de 4.700 índios. Sabendo-se, contudo, que no marco do processo de recuperação territorial a população tem crescido substancialmente, pode-se afirmar com relativa segurança que esses números estão defasados. A população distribui-se por diferentes localidades espalhadas pela TI, unidas historicamente por vínculos de parentesco e pela partilha de uma identidade comum. Na porção mais interior da TI, situa-se a aldeia Serra do Padeiro, sobre a qual este artigo se debruça e onde vivem cerca de mil indígenas, conforme dados da Associação dos Índios Tupinambá da Serra do Padeiro (AITSP) para 2012.

A generalização da retomada de terras como forma de ação política, ao longo das últimas décadas, convertê-la-ia quase

³ Note-se que, à época, o Brasil ainda não adotara a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina a autoidentificação como critério de reconhecimento de grupos indígenas.

em epítome da mobilização indígena no Nordeste brasileiro. Ao historiar a realização de retomadas de terras entre os Kiriri, no norte da Bahia, Brasileiro observou: tais ações (iniciadas, naquele caso, em 1982), e “amplamente divulgadas na imprensa e no campo indigenista em geral” (...) “trouxeram prestígio e visibilidade política aos Kiriri, sendo apontadas como um *exemplo a ser seguido por outros povos indígenas no Nordeste*” (BRASILEIRO, 2004, p. 190, grifo meu). Anos antes, o processo de retomada da Ilha de São Pedro pelos Xokó, no estado de Sergipe, levado a cabo entre 1978 e 1979, atraía a atenção do governo ditatorial não apenas por suas implicações locais, mas por sua inscrição em um processo mais amplo de resistência indígena, então em curso (BICALHO, 2010, p. 164). Nessa época, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai) estavam proibidos de entrar em áreas indígenas, acusados de, nas palavras do militar que então presidia a Funai, “conscientizar os índios a usarem de violência na luta pela retomada da terra”.⁴

Contudo, apesar de as retomadas de terras serem difundidas e conhecidas, os estudos sobre elas são curiosamente escassos – é como se sua ubiquidade fizesse com que fossem consideradas autoevidentes. Ao revisar a literatura disponível, localizei apenas um trabalho que se propôs a considerar as retomadas como objeto principal: uma dissertação sobre o caso Tapeba, que, porém, prescindiu de trabalho etnográfico (TÓFOLI, 2010). Uma pesquisa de doutorado acerca das retomadas de terras Guarani Kaiowá, que vem sendo desenvolvida por Tônico Benites junto ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, indica que o cenário de escassez de investigações pode estar se alterando.

Em pesquisa de mestrado desenvolvida junto à Universidade de Brasília – na qual este artigo se baseia – focalizei as retomadas de terras levadas a cabo na aldeia Serra do Padeiro (ALARCON, 2013). Compreendidas como a principal forma de ação política desenvolvida contemporaneamente pelo grupo,

4 OLIVEIRA, Ismarth de Araújo. Relatório sobre os acontecimentos do Posto Indígena Rio das Cobras (Anexo 6). In: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Dossiê Situação dos índios brasileiros em face da legislação em vigor quanto às terras que ocupam e aos seus direitos civis. Brasília, 1978, pp.10-11, apud BICALHO (2010, p. 142).

as retomadas foram examinadas detidamente, considerando-se seus antecedentes, características recorrentes e algumas de suas repercussões no sistema de relações interétnicas em que se inscrevem os Tupinambá. Buscava, assim, propor uma caracterização empírica e teoricamente lastreada do que poderíamos chamar de *forma retomada*, tomando como inspiração o modelo de análise desenvolvido por Sigaud (2000, 2005) para a consideração de acampamentos realizados por camponeses sem-terra na Zona da Mata pernambucana. Por certo, acampamentos sem-terra e retomadas de terras diferem em muitos sentidos: das categorias jurídicas e processos administrativos aos quais se relacionam, a suas características mais profundas. Entendo, contudo, que o modelo de análise desenvolvido por Sigaud para aquela primeira forma de ação, que comentarei a seguir, pode aportar elementos para a consideração das retomadas.

A partir de meados da década de 1980, observou Sigaud, os acampamentos camponeses generalizaram-se como forma de reivindicar terras para a reforma agrária. Ocupações, acampamentos e desapropriações deles decorrentes apareciam, para a pesquisadora, como um fato novo, uma inflexão nas formas de ação adotadas até então por organizações camponesas e pelo Estado. Caberia, portanto, buscar um modelo de análise, baseado em investigação sistemática, para dar conta do fenômeno. Por meio de etnografias, que incluíam a reconstituição dos acampamentos realizados na região estudada e a identificação de seus aspectos recorrentes, Sigaud logrou apresentar uma descrição daquilo que chamou de *forma acampamento* (SIGAUD, 2000, p. 85). Para ela, os acampamentos seriam “ *muito mais do que a mera reunião de pessoas para reivindicar a desapropriação de um engenho*” (SIGAUD, 2005, p. 260, grifo meu). Entre outros elementos, incluíam técnicas ritualizadas de ocupação, uma organização espacial específica, regras de convivência e um vocabulário próprio. Remetendo a Edmund Leach, ela caracterizou os acampamentos como “*afirmações simbólicas*” (SIGAUD, 2005, p. 268).

Neste artigo, busco apresentar uma breve descrição da *forma retomada* que se vem constituindo na Serra do Padeiro na última década. As informações aqui reunidas foram produzidas no âmbito da pesquisa de mestrado mencionada, concluída no primeiro semestre de 2013, que contemplou uma incursão etnográfica ao território tupinambá, com quatro meses de duração, além da consideração de fontes primárias e secundárias. Note-se que todos os depoimentos aqui reproduzidos foram transcritos conforme os padrões da chamada norma culta e que, na maior parte das vezes, os nomes de meus interlocutores não são mencionados, com o intuito de resguardar a intimidade e a segurança deles.

HISTÓRIA, POLÍTICA E COSMOLOGIA: AS RETOMADAS E SUAS CAUSAS

Um documento intitulado “Um relatório das coisas que foram conquistadas para a aldeia agora em 2004”, elaborado pelos indígenas e preservado no arquivo da AITSP, refere-se, em destaque, ao “primeiro pedaço de terra que nós [índios da Serra do Padeiro] conquistamos”. “Foi em 24 de maio de 2004. Foi uma retomada.” A fazenda Bagaço Grosso, com cerca de 70 ha de extensão, era uma área de mata, sem benfeitorias.⁵ Silvino José dos Santos, seu pretense proprietário, morava em Itabuna e visitava a área ocasionalmente, para caçar; em 2004, já havia falecido. Depois de sua morte, nenhum pretense herdeiro encarregou-se da fazenda, e ali teriam passado a ocorrer extrações ilegais de madeira. Uma carta aberta escrita pelos Tupinambá em maio de 2004 buscava esclarecer as razões pelas quais haviam ocupado a fazenda. Os indígenas indicaram que, de um lado, havia uma área “abandonada”, e, de outro, “uma grande quantidade de índios passando fome”. Por isso, haviam decidido plantar, coletivamente, mandioca, milho e feijão naquela fazenda, onde algumas mulheres indígenas já haviam estabelecido, no passado, pequenas roças.

5 Cabe notar que no território tupinambá não se encontram fazendas tão extensas como as conformadas em outras regiões do país. Segundo o diagnóstico fundiário realizado no marco do processo demarcatório, na Serra do Padeiro encontram-se fazendas com tamanho médio inferior ao daquelas presentes em algumas das demais áreas da TI (BRASIL, FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2006). Claro está que isso não diminui seu sentido expropriatório. Analisando a constituição da propriedade agrícola na região cacauzeira, Garcez (1977) enfatizou a impossibilidade de estabelecer volumes de produção ou faixas territoriais com limites mais ou menos definidos para classificar as propriedades entre os extremos burara (pequena roça) e conjunto (aglomerado de fazendas, contínuo ou descontínuo, pertencente ao mesmo pretense proprietário). Os critérios de classificação devem ser, antes, “relativos” e “variáveis”; em uma definição elucidativa, a autora afirma que a burara (e podemos pensar também no conjunto) é uma “situação” (GARCEZ, 1977, p. 109-111).

Quando começou esse movimento forte mesmo – nós já sabíamos que éramos índios, mas não podíamos falar, né? –, pegou todo mundo se organizar. Nós queríamos botar roça e não tínhamos onde. Aí meu filho falou: “Mãe, e aquele lugar lá em Silvino onde a senhora punha roça?”.

Estabelecida a roça comunitária, teve início intensa circulação de fuxicos: os vizinhos alertaram os familiares do pretense proprietário que a área “havia sido retomada”. O que foi, inicialmente, um mal-entendido, tornar-se-ia fato. As espigas de milho já estavam altas quando chegaram capangas armados enviados por pretensos herdeiros. Com astúcia, um pequeno grupo de mulheres indígenas conseguiu desarmá-los – o que se converteu, para elas, em motivo de orgulho indisfarçável. Após alguma conversa com os familiares de Silvino, os ânimos arrefeceram. Os indígenas forneceram-lhes informações sobre o processo demarcatório: “a Funai paga [as benfeitorias], nós só não sabemos quando”.⁶ Assim, em 24 de maio de 2004, os indígenas ocuparam a fazenda definitivamente. Ranchos de lona (“parecendo de sem-terra, só que mais fresco, porque nós cobrimos de palha”) foram armados e algumas famílias instalaram-se ali. A permanência dos indígenas, assinalaram, era também “uma forma de protegermos a área”, onde, como se indicou, ocorreria extração ilegal de madeira.

Primeira retomada, a Bagaço Grosso recebeu esse estatuto *a posteriori*. “Nós fizemos uma roça comunitária e depois *ficou sendo* uma retomada”, disse-me uma indígena (ênfase minha). Ainda que não tenha sido ocupada por meio de um método que os indígenas considerassem como próprio a uma *ação de retomada*, ela terminou sendo apropriada como área retomada. Por isso, quando estive em campo, havia quem não se referisse à Fazenda Bagaço Grosso como retomada (caso fosse questionado diretamente a esse respeito), mas ela invariavelmente era incluída quando se falava no total de retomadas existentes na Serra do Padeiro na época (22 áreas). Diversas famílias viveram ali até se

6 Os indígenas vieram depois a saber que a fazenda não era titulada.

transferirem para novas retomadas – por essa razão, a Bagaço Grosso e a Futurama, que a sucedeu, eram frequentemente referidas como *mães* das outras retomadas. Após algum tempo, os indígenas decidiram convertê-la em uma área exclusivamente de conservação ambiental. Em 2012, a maior parte dos sinais de ocupação humana estava coberta pela mata; persistiam apenas duas pequenas roças, mantidas em área de capoeira, e o rancho de um índio velho e recalcitrante, que não queria viver em outra parte.

7 Para um exemplo dessa interpretação, relativo ao caso Tupinambá, ver BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2009, p. 671.

As retomadas têm sido comumente caracterizadas como a maneira encontrada pelos indígenas para “fazer pressão” em favor do avanço do processo demarcatório da TI.⁷ Certamente, pressionar o Estado brasileiro para que conclua o processo administrativo de demarcação da TI é uma das motivações dos indígenas ao realizar retomadas. Enquanto olhávamos fotografias dos primeiros dias de ocupação da Bagaço Grosso, uma indígena comentou: “Tem que pisar na terra para ter direito”. Essa frase – que ouvi também de representantes do Cimi na região – indicava a compreensão de que seria necessário impulsionar as engrenagens do sistema de reconhecimento de direitos, que, do contrário, mover-se-iam muito lentamente, ou não se moveriam de todo.

A conexão aparecia também em uma carta de apelo, sem data, em que os Tupinambá da Serra do Padeiro exigiam a conclusão da demarcação. Quando, em 20 de janeiro de 2008, realizaram três ações de retomada (recuperando as fazendas Futurosa, Bom Sossego e São Roque), os indígenas listaram em ofício à Funai as razões das ocupações: a demora do órgão em concluir o processo demarcatório, a existência de milícias armadas na região e a intenção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de implantar um corredor ecológico perto da Serra do Padeiro, sem prévia discussão com os índios. Nesse quadro, eles exigiam a tomada de providências por parte da Funai, bem como o pagamento imediato, aos não-índios, das benfeitorias das fazendas retomadas.

Penso, contudo, que, além de apresentarem esse componente instrumental, as retomadas trazem em seu bojo um leque de causas historicamente constituídas, que devem ser examinadas detidamente. A composição de diferentes justificativas para explicar cada retomada ficou clara quando, em campo, tratei de perguntar ao maior número possível de indígenas o porquê das ações. O que me pareceu ter variado ao longo do tempo (e também de um indivíduo a outro) foi o peso atribuído a cada causa. Nas primeiras retomadas, notadamente a Bagaço Grosso e a Futurama, os Tupinambá teriam sido movidos principalmente pela *precisão* (necessidade material), como me explicou um indígena, aludindo ao grande número de índios desnutridos. Nas ações subsequentes, premências materiais nunca deixaram de estar presentes como causa, principalmente em face da pressão exercida pelos retornos de parentes à aldeia. Contudo, as retomadas passaram a responder preponderantemente a outras razões. Como exemplo, vale observar as causas alegadas pelos indígenas para a realização de outra retomada, para contrastá-las com os motivos indicados no caso da Bagaço Grosso.

Em 19 de fevereiro de 2010, os Tupinambá retomaram a fazenda Serra das Palmeiras, situada em parte na zona da Cajazeira, distrito de Japu (no município de Ilhéus), e em parte em Buerarema. A fazenda, com cerca de 200 ha de extensão, estava hipotecada a instituições financeiras como o Banco do Brasil, devido, entre outros motivos, a um débito contraído no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (PRLC), instituído pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) em 1995. Titulada em 29 de novembro de 1938, foi adquirida por Manoel Dias Costa em 6 de abril de 1954. Antes disso, a área estaria repartida entre quatro ou cinco pretensos proprietários.

Segundo os indígenas, Manezinho, como era conhecido, chegou à região como mascate (“ele vendia ouro”). Alguns diziam que ele “*tomou* da Serra das Palmeiras à Serra do Padeiro” (ênfase minha), área identificada como local da família Fulgêncio

8 Categoria nativa que pode ser encontrada em etnografias de diferentes povos indígenas, tronco é uma expressão comumente utilizada pelos Tupinambá da Serra do Padeiro para demarcar a existência, em sua aldeia, de dois coletivos indígenas, cada qual referido a um antepassado do sexo masculino. Ao enfatizar a ascendência comum aos membros de um mesmo coletivo, os Tupinambá põem em relevo a trajetória histórica por eles compartilhada e seu pertencimento territorial. No caso Tupinambá, o "sistema de metáforas" operado nessa "solução classificatória" (ARRUTI, 2004, p. 265) assenta-se no par troncos velhos e brotos, conectados pelo sangue. Note-se que, historicamente, os dois grandes troncos da Serra do Padeiro estabeleceram entre si relações de aliança e mesmo parentesco, o que parece ter se intensificado no contexto de retomada.

9 "O sítio é propriedade parcelar independente. Mas, pelo fato de ser em inúmeros casos confrontante com a fazenda, essa vai exercer sua influência em constantes desinteligências sobre as divisas que os separam. O pequeno sitiante que precisa da terra complementar na fazenda para plantar, tem nesse caso outra dependência em relação a ela" (MOURA, 1988, p. 89, grifo dela).

10 Para um comentário muito interessante (em outro contexto etnográfico) sobre os "não-direitos" dos sítiantes em relação aos fazendeiros, e o duplo padrão de atuação do poder público diante de conflitos envolvendo animais de criação que invadiam sítios ou fazendas, ver WOORTMANN (1994, p. 232-233).

Barbosa, um dos dois principais *troncos* familiares dos indígenas que hoje habitam a Serra do Padeiro.⁸ Outros, por sua vez, enfatizavam que ele não teria constituído sua fazenda por meio de tomas de terras, mas sim em transações muito desvantajosas para os índios: "Ele comprava – a preços muito baixos, mas comprava". Um indígena que vivia em uma área lindeira à Serra das Palmeiras contou-me que, como o sítio de sua família não era medido, Manezinho "botou o rumo na beira da casa", isto é, avançou o quanto pôde sobre a terra dos indígenas.⁹ "Ele não perseguia a gente. Os animais, as criações dele é que perseguiram, saíam do pasto e iam para lá, para dentro das roças".¹⁰ Como a posse tornou-se pequena, parentes desse indígena tiveram de trabalhar fora; sua filha, que em 2012 tinha 46 anos de idade, lembrava-se de haver plantado muito cacau na Serra das Palmeiras, trabalhando para Manezinho *na diária* (modalidade de trabalho precário disseminada na região cacauceira), quando tinha 15 anos de idade.

Nos últimos tempos, a fazenda vinha sendo administrada pelo filho de Manezinho, Domingos Alfredo Falcão da Costa, que vive na sede de Buerarema. Em uma carta divulgada por ocasião da retomada, os indígenas afirmaram que a ação era motivada principalmente pelas ameaças que sofriam por parte dos não-índios desde 2004 e que vinham aumentando nos últimos tempos:

A nossa comunidade diante destes acontecimentos [as ameaças] e preocupados com a demora na tomada de providências por parte das autoridades e diante da ousadia destes fazendeiros decidimos retomar a área ocupada pelo invasor Alfredo Falcão, já que o mesmo é quem tem incitado a população da região contra a nossa comunidade.

Boa parte dos indígenas com os quais conversei atribuía à retomada da Serra das Palmeiras um propósito principalmente estratégico, já que, com isso, teriam imposto um grande golpe à frente contra a demarcação, isto é, à coligação heterogênea

e temporária que se estabeleceu no marco do processo demarcatório, aglutinando indivíduos e grupos que se opõem ao reconhecimento dos direitos territoriais dos Tupinambá.

As pessoas diziam que a terra de Alfredo [Falcão], nós não teríamos coragem de retomar, que se retomássemos, era guerra. Mas, então [realizada a ocupação], todo mundo viu que ele não tinha como garantir nada.¹¹

Indígenas que eram vizinhos da Serra das Palmeiras, por sua vez, enfatizavam outros aspectos ao apresentar seu elenco de razões para a retomada, já que teriam sido testemunhas de ações deletérias daquela fazenda em particular. Vinham à tona, assim, razões afetivas, lembranças da infância, em torno de proibições e humilhações, enfim, de injustiças de toda ordem, praticadas contra si ou contra outrem. Assim como outros fazendeiros, Alfredo Falcão era caracterizado pelos Tupinambá sobretudo como uma figura cruel. Descrevendo sua atuação, um indígena disse-me que ele “matou os pés de jaca” da fazenda, para que seus empregados não perdessem tempo de trabalho e que, a seu mando, os encarregados contavam os cupuaçus nos pés, para verificar se faltava algum fruto (nesse caso, os trabalhadores eram muito repreendidos). “Não deixava cortar um cacho de banana, só dos pequenos”, disse.

Uma definição estreita das retomadas de terras, que as considerasse tão somente instrumentos de pressão, é desautorizada também pelos fatos observados no desenrolar do procedimento demarcatório. Ao passo que certa análise explica a realização de retomadas em função da paralisação do processo demarcatório, observada a partir de 2006 (VIEGAS; PAULA, 2009, p. 671), a continuidade do procedimento, com a publicação do relatório de identificação e delimitação da TI, em 2009, não resultou na diminuição das ocupações de terras – pelo contrário. Se considerarmos apenas a Serra do Padeiro, veremos que a maioria das retomadas de terras realizadas até maio de 2013

11 Um paralelo pode ser estabelecido com a primeira retomada realizada pelos Kíriri, no norte da Bahia: em 1982, eles ocuparam a fazenda Picos, considerada um baluarte da oposição à demarcação da TI. “Do ponto de vista dos Kíriri, a sua posse [da Picos] representava não apenas uma questão de sobrevivência, mas também a possibilidade de neutralizar o seu inimigo mais influente” (BRASILEIRO, 2004, p. 192).

ocorreu depois da publicação do relatório (12 fazendas em um total de 22). Nesse sentido, parece-me um equívoco considerar que o processo demarcatório *abarca* as retomadas de terras. Os horizontes temporal e, sobretudo, político dessas ações são mais amplos que o contexto específico da demarcação. Os indígenas situam sua atuação em uma longa trajetória de resistência, o que os tem levado a realizar ações de retomada mesmo cientes do poder de seus oponentes e da violência que vem sendo desferida contra eles, no marco de um complexo campo de disputa.

Nas *sessões de encante* realizadas na Serra do Padeiro, os indígenas por vezes entoam um canto de *toré* com os seguintes dizeres: “Rodeando a aldeia, rodeando a aldeia./ Rodeando a aldeia, rodeando a aldeia./ Os caboclos chegam,/ rodeando a aldeia”.¹² Descrevendo repetidamente o movimento de aproximação realizado pelos *caboclos* – entidades não humanas centrais na cosmologia tupinambá, que habitam o território e são também referidas como *encantados* –, o canto atua, a um só tempo, como invocação (para que esses seres manifestem-se na *casa do santo*) e saudação. Embora não se trate, aqui, de analisar minuciosamente a religiosidade tupinambá, se tencionamos compreender com alguma profundidade o processo de recuperação territorial levado a cabo pelos indígenas, é fundamental ter em mente que ele é informado tanto por razões históricas e políticas, como por razões cosmológicas.

Nesse sentido, parece-me especialmente significativo o fato de os indígenas, no processo de retomada, também *rodearem* a aldeia, realizando um movimento análogo àquele dos encantados. Na aldeia Serra do Padeiro, as fazendas recuperadas até o momento formam, grosso modo, um semicírculo, cingindo a afloração rochosa que dá nome à região e que é considerada a *morada dos encantados*.¹³ Além disso, o rio de Una atua como eixo, ao longo do qual retomadas vêm sendo realizadas, em ambas as margens. Percorrendo todas as retomadas na Serra do Padeiro e obtendo, com a utilização de um GPS, as coordenadas da casa-

12 Sobre as sessões de encante, o toré e outros elementos da religiosidade dos Tupinambá da Serra do Padeiro, ver COUTO, 2008; UBINGER, 2012 e ALARCON, 2013.

13 A expressão “morada dos encantados” dá título à dissertação de mestrado da antropóloga Patrícia Navarro de Almeida Couto, primeiro trabalho acadêmico a analisar a religiosidade na Serra do Padeiro (COUTO, 2008).

sede de cada fazenda (ou, em sua ausência, de algum ponto no interior da retomada), foi-me possível apreender as principais direções geográficas em que se vem desenrolando o processo de recuperação territorial nessa área. O movimento circundando a Serra do Padeiro é evidente quando se observam as coordenadas das retomadas projetadas em um mapa e associadas às datas em que as ações foram realizadas.

A decisão de retomar determinada área não é resultado apenas da análise, pelos indígenas, de um conjunto de variáveis. Em todos os casos é imprescindível *consultar* os encantados, obtendo seu consentimento.¹⁴ “Nós só fazemos [retomadas] se eles falarem que pode, senão é perigoso”, disse-me seu Lírio (Rosemiro Ferreira da Silva), o pajé da Serra do Padeiro. Os Tupinambá, afirmou o cacique Babau (Rosivaldo Ferreira da Silva), agem “preparados intelectualmente pelos encantados”. São essas entidades que informam os indígenas sobre sua história como povo e, o que é inseparável, sobre a história do território, o que me parece fundamental no contexto de retomada. “Essa serra já foi palco de acontecimentos históricos. E nós sabemos disso pelos contos – os dos tempos remotos são os encantados que contam”, explicou o cacique.

Assim como os indígenas, essas entidades sofreram intensamente os impactos da penetração dos não-índios no território tupinambá. Considerados pelos Tupinambá os verdadeiros *donos da terra*, são sujeitos centrais do processo de recuperação territorial. Além de instarem os indígenas a reocupar determinadas áreas em posse de não-índios, têm contribuído de forma decisiva para o sucesso de suas estratégias de luta, como se verá. Certo é que não apenas os indígenas vêm se beneficiando do gradual *retorno* ou *libertação* da terra; também os encantados, que passaram décadas recuados, em razão do assédio dos não-índios, estão finalmente retornando a seus domínios.¹⁵

Em síntese, contribuem para a constituição da *forma retomada* tal como pode ser observada contemporaneamente

14 Note-se que os encantados, segundo a cosmologia tupinambá, têm a capacidade de se comunicar por diversos meios, inclusive transmitindo seus recados pela boca dos indivíduos que os incorporam.

15 A noção de retorno da terra, que considero fundamental para compreender o processo de retomada, é tratada com mais vagar em minha dissertação de mestrado (ALARCON, 2013).

na Serra do Padeiro, estratégias de resistência historicamente engendradas pelos Tupinambá – beneficiadas pelo profundo conhecimento territorial do grupo e pela mediação dos *encantados* – e, mesmo, estratégias desenvolvidas por outros grupos em luta, sejam ou não indígenas. Como se indicou, razões históricas, políticas e cosmológicas (e algum grau de casualidade, como sói acontecer) lastreiam as decisões tomadas pelos indígenas, dando assim forma a suas ações coletivas, constituídas em face da frente contra a demarcação e do Estado brasileiro.

UMA APROXIMAÇÃO ÀS AÇÕES DE RETOMADA

“A retomada só começa quando acende o fogo [do toré]”, disse-me um indígena. É o fogo que começa a pôr fim à liminaridade de um espaço já ocupado, mas ainda não apropriado. Pude assistir ao primeiro grande toré que sucedeu a retomada de parte do conjunto de fazendas genericamente conhecido como Unacau, realizada em 17 de maio de 2012. A ação de retomada transcorreu sem qualquer tipo de confronto, já que os meeiros que ali habitavam concordaram em deixar a área e se transferiram para a parte do conjunto localizada fora da TI, uma área que estava sendo desapropriada para a reforma agrária. À retomada, contudo, seguiram-se os boatos – como, aliás, é de praxe. Nessas situações, ainda que os indígenas declarem publicamente não visar, no momento, outras áreas além da que acabam de retomar, é comum que não-índios se inquietem – especialmente aqueles cujas pretensas propriedades são vizinhas à área retomada –, a ponto de alguns deles comporem milícias armadas, conforme os indígenas vêm denunciando reiteradamente. Os mais proeminentes adversários da demarcação da TI também costumam se manifestar, na imprensa local, contribuindo para intensificar o clima de apreensão. Os indígenas, assim, adotam uma série de precauções, a que me referirei adiante.

Na madrugada em que a Unacau foi ocupada, um pequeno toré foi realizado pelos indígenas que participaram diretamente da ação. Na noite seguinte, porém, índios de diversas retomadas

acorreram à fazenda para a realização de um toré com grande número de participantes, diante do portão principal, onde os grupos de indígenas em guarda vinham se alternando. Na ocasião, uma indígena incorporou o encantado Tupinambá e deu orientações aos presentes, inclusive sobre como afastar os inimigos. Nos próximos dias, as casas seriam limpas e rezadas, da maneira apropriada, e a guarda só seria desfeita oportunamente – após consulta aos encantados. Note-se que o processo de limpeza dessa retomada em particular durou meses. Quando ela finalmente foi concluída, contaram-me algumas indígenas, os seres perturbados que ali viviam saíram em disparada, deixando os vizinhos da Unacau insones. Sua principal morada era um alojamento na mata, com 112 camas de alvenaria (oito por dormitório), onde os trabalhadores, no passado, viviam em condições muito precárias e “se matavam uns aos outros cortados de facão”.

Criada em 1978, a Unacau Agrícola S.A. adquiriu diversas áreas contíguas nas imediações do rio das Caveiras, em Una, e estabeleceu sua sede e uma central de beneficiamento na fazenda São Felipe, localizada no interior da TI. “Tomaram muita roça aí nessa Unacau”, disse-me um indígena nascido em 1937, que exemplificou com um caso:

Quando estavam criando as roças da Unacau, mataram Zequinha da Manteiga – dizem que foram dois soldados que mataram. Esse Zequinha da Manteiga tinha uma posse encostada na Unacau; a Unacau quis comprar, ele disse que não, que ia fazer a rocinha dele, que não era para vender. Um dia, quando ele chegou, já estavam desmanchando a casa dele, tocaram fogo. Depois que mataram o homem, na mão da viúva, compraram [a terra] de graça.

Com o conjunto de fazendas constituído, a violência continuaria. Indígenas que moravam nos arredores lembravam-se dos “três maiores pistoleiros da Unacau”; em 2012, dois

16 Esta reconstituição baseia-se em folhas avulsas preservadas na fazenda São Felipe, sede administrativa do complexo de fazendas, e nas seguintes fontes: BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1997; TRABALHO, 2007 e INSTRUMENTO, 2007.

17 A esse respeito, ver decreto presidencial de 9 de novembro de 2009, que declara de interesse social para fins de reforma agrária a fazenda Brasilândia e outras.

deles, conhecidos como Zé Bagueiro e Antonio Silvino, já haviam falecido. Rapidamente, a Unacau tornou-se uma das maiores produtoras de cacau do país. O avanço da vassoura-de-bruxa, porém, levou-a ao declínio e, a partir da década de 1990, já sob controle do grupo Gafisa, a empresa buscou nas culturas da pupunha e do café, mediante financiamento público, alternativas à monocultura de cacau.¹⁶ Os anos subsequentes seriam atribulados: a empresa foi autuada por crime ambiental; as fazendas, arrendadas; denunciou-se o emprego de trabalho escravo na produção de café; e, em 2006, iniciou-se o processo administrativo de desapropriação das fazendas (ou melhor, da porção das fazendas fora da TI) para a reforma agrária.¹⁷ Em 2007, a rebatizada Unacafé Ltda. cedeu o conjunto de fazendas, com 2.064 ha de extensão, para um particular, em regime de comodato. Esse, por sua vez, estabeleceu contratos de parceria agrícola com cerca de 50 famílias de camponeses, alguns dos quais antigos trabalhadores da Unacau, para que permanecessem na área colhendo cacau em sistema de meação.

A área não fora retomada antes, diziam os indígenas, pois as famílias de meeiros não tinham “aonde ir”. Apenas com o avanço do processo de criação do assentamento vizinho à TI, e com a perspectiva de os meeiros para lá se mudarem, é que os indígenas dispuseram-se a ocupá-la. No fim de 2011, os encantados foram consultados e indicaram o mês de maio de 2012 como data para a ação. Nos dois dias que precederam a retomada, alguns indígenas dirigiram-se à área para conversar com os meeiros. Relatavam-me os diálogos, sinteticamente, nos seguintes termos: teriam dito que a área fazia parte do território tupinambá e que, por essa razão, seria retomada; a partir de sua experiência face o Estado, analisavam que, caso os meeiros não pressionassem o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), os procedimentos para o estabelecimento do Projeto de Assentamento (PA) não iriam adiante, e que, portanto, seria importante para os próprios meeiros mudar-se para a área fora

da TI. Caminhões pertencentes aos indígenas foram colocados à disposição dos meeiros, para o transporte de bens pessoais e do cacau seco.

No processo de retomada, os indígenas adotam uma série de procedimentos para resguardar sua segurança – como me disse o pajé, “ninguém é passarinho para estar morrendo assim”. As precauções passam por detalhes como o cuidado com a água que consomem, posto que já ocorreu de um fazendeiro vizinho a uma retomada reter e sujar a água oriunda das serras, que abastecia tanto sua pretensa fazenda como a retomada. Há exceções, mas geralmente os mais velhos, as crianças e as mulheres grávidas não participam do ato de entrar na fazenda, quando da retomada (“Eu estou velho, não posso correr, então não vou [na ocupação inicial] mais, não”). Além disso, os indígenas atentam para o horário de realização das ações. Certa vez, contou-me uma indígena, chegaram a uma fazenda à meia-noite em ponto. “Essa é a hora dos mortos, de os espíritos passarem.” Por isso, detiveram-se, rezaram e esperaram até 1h da manhã para iniciar a ação. “Se a gente fosse antes disso, poderíamos perder alguma vida.”

Ao mesmo tempo, entre os indígenas, muito se fala sobre a coragem que demonstram nas ações, no enfrentamento direto, sobre como *aguentam* as retomadas a despeito das pressões. O juiz federal Pedro Alberto Pereira de Mello Calmon Holliday, certa vez, teria ouvido dos indígenas: “você nunca cumprirá uma reintegração de posse na Serra do Padeiro”. “Ele mandou toda a força policial para cima de nós; nós não abaixamos a cabeça e reagimos a todos os ataques”, afirmou o cacique Babau, em sessão do Tribunal Popular do Judiciário, em Itabuna. “Uma vez o caboclo disse pra mim: ‘Tupinambá não abaixa a cabeça e não chora diante do perigo’”, contou-me uma indígena, sintetizando o que seria a postura de seu povo. Conforme observava, com atenção, os modos de proceder dos Tupinambá da Serra do Padeiro, ficava claro, porém, que a valentia nada tinha de ver com temeridade. Um comentário realizado pelo cacique Babau

durante um toré parece-me indicar quais seriam a natureza e a fonte da coragem de seu povo: “Nós vivemos em um altar sagrado, no templo dos encantados, não temos o que temer”. Na mesma direção, disse-me um indígena já idoso:

Nós somos nascidos e criados nas terras, então nós temos esse poderio de governar as terras, porque nós temos força. Porque se nós não tivéssemos força, nós não ficávamos na terra, não é? A força é por causa dos encantos da mata mesmo, dos guias da mata, dos caboclos da mata.

Os Tupinambá da Serra do Padeiro, portanto, consideram-se amplamente respaldados pelos encantados. Nos festejos de São Sebastião realizados em janeiro de 2012, assim que o cacique Babau entrou na casa do santo, paramentado como guerreiro, duas mulheres manifestadas por Oxóssi dirigiram-se a ele, que foi efusivamente saudado pela entidade e ouviu palavras encorajadoras, garantindo-lhe estar protegido. Note-se que a valentia é ensinada também pela memória e pela solidariedade profunda aos parentes. “Nós não desistimos, porque, quando a gente se lembra de quando não éramos reconhecidos, só viviam pisando nas costas da gente”, disse-me um jovem indígena. “E por que hoje vamos baixar a cabeça de novo?” Uma senhora, por sua vez, explicou-me que quando tinha notícia de que seus parentes estavam em perigo, em uma retomada, fazia de tudo para se juntar a eles o mais rápido possível: “Eu já fico valente logo, não quero saber de nada. Os meninos [seus filhos] dizem: ‘tem que levar mãe logo para lá, senão ela vai ficar doida aqui’”.

Quando da realização de retomadas e outras ações políticas, explicou o cacique Babau, em depoimento a Couto, os encantados vão adiante, para “preparar o terreno” (COUTO, 2008, p. 65). É comum que, durante as ações, eles se manifestem em alguns indígenas, e intercedam para favorecê-los. “Nós víamos as balas

vindo, vermelhas, elas esfriavam no ar e caíam junto à gente.” Em ao menos duas ocasiões, durante operações policiais, a Caipora fez com que determinados indígenas se perdessem na mata, de modo a protegê-los. “Jorge só apareceu no outro dia, meio avoado. A Caipora fez isso, porque ele corria o risco de morrer, foi para *livrá-lo*” (ênfase minha). As entidades oferecem, ainda, uma série de orientações táticas e informações úteis. Quando os indígenas foram severamente atacados com gás lacrimogêneo, durante ação da Polícia Federal (PF) realizada em outubro de 2008, alguém conheceu “por inspiração” dos encantados que a capeba, um vegetal abundante por ali, neutralizava os efeitos do gás, quando esfregada sobre a pele. Os encantados, disse-me uma indígena, podem percorrer locais fora do território e, ao retornar, informam os Tupinambá o que tramam seus inimigos.

Com banhos, pinturas corporais (com tintura de jenipapo), colares, defumações, rezas, cantos, gritos e outros procedimentos, os indígenas renovam cotidianamente a proteção garantida pelos encantados, especialmente em momentos considerados críticos. Referindo-se a enfrentamentos ocorridos em retomadas, um indígena sintetizou, de forma esclarecedora: “Botamos eles [os capangas] para correr, com os nossos cantos e nossas estratégias”. “Nós aguentamos tudo, [desde que] *dentro* do ritual”, disse outra indígena.

Além da fundamental participação dos encantados, dois outros elementos são apontados pelos indígenas como vantagens comparativas em relação aos não-índios no processo de retomada: o profundo conhecimento dos primeiros sobre o território e o nível de organização da aldeia. Os indígenas mencionam, de forma recorrente, o poder bélico dos não-índios, principalmente dos agentes da polícia, mas enfatizam: “a [Polícia] Federal não entra na mata”. É lá que os indígenas se refugiam, deslocando-se por diversos caminhos, ocultos aos olhos dos policiais. É na mata, em suma, que resistem.

A organização da aldeia, enfatizam os indígenas, fica evidente

quando da realização das ações de retomadas, principalmente na maneira como distribuem entre si as tarefas e respondem a situações inesperadas, cooperando uns com os outros. A habilidade de algumas mulheres para estabelecer cozinhas improvisadas tão logo entram nas áreas, garantindo a alimentação de seus parentes e parentas empenhados na segurança da retomada e em outras tarefas, é sempre comentada. Nas retomadas, há domínios de ação fortemente marcados pelo gênero (a vanguarda para os homens e a cozinha para as mulheres), ainda que não se trate de divisões absolutas. Mulheres costumam participar das ações de entrada nas fazendas, apesar do predomínio dos homens nesse momento, ao passo que alguns destes últimos ficam nas cozinhas das retomadas, à disposição das primeiras (para carregar algum tacho especialmente pesado, buscar água, lenha etc.).¹⁸ Registrei, ainda, um conjunto de falas em que as mulheres tratavam de enfatizar sua atuação no processo de retomada (“nós estávamos morando na rua, então *eu* falei [para o esposo]: ‘vamos embora para a retomada’; “eu peguei no biscó ¹⁹ junto com os homens – eu estava forte – para limpar esse mato”).

Menos de três meses antes da realização da primeira retomada, a da fazenda Bagaço Grosso, os indígenas haviam fundado a AITSP; mais precisamente, em 1 de março de 2004. No contexto de recuperação territorial, a associação constituiu-se como instância de organização da aldeia e também como entidade representativa dos indígenas junto a órgãos do poder público e organizações não governamentais. É composta pela assembleia geral – sua instância decisória máxima – e pela coordenação, eleita a cada dois anos. Todos os indígenas que vivem na aldeia são considerados filiados, com direito a voz e voto na assembleia, que se reúne mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, sempre que necessário. Em seu âmbito, constituíram-se coordenações de saúde, educação e agricultura, um grupo de mulheres e outro de jovens. Note-se que a associação desempenha papel central na organização dos indígenas para além das ações de retomada, isto é, no processo

18 Ao longo da pesquisa em campo, vi homens cozinhando, porém o mais comum era que as mulheres o fizessem; no primeiro caso, falava-se, por vezes, em “comida macho”, considerada de pior qualidade e encarada pelas mulheres com certa condescendência.

19 Ferramenta agrícola largamente utilizada na região. Espécie de facão, utilizado para rocar ou limpar áreas.

cotidiano de construção da aldeia.

Como se indicou, os indígenas sublinham seu protagonismo e sua valentia quando se trata de manter uma retomada, assim como seus esforços para sustentar com recursos financeiros próprios os gastos decorrentes da ação – sobretudo, enfatizam sua autonomia para decidir os rumos do processo. Em diferentes momentos, representantes do poder público que os apoiavam recomendaram que não mais retomassem terras, indicando que isso prejudicaria o andamento do processo demarcatório; dissentindo na avaliação, os Tupinambá da Serra do Padeiro não deixaram de retomá-las.²⁰ Isso não significa, contudo, que não identifiquem aliados. Referindo-se à atuação de representantes do poder público e advogados de defesa, um indígena comentou que, a despeito de não serem capazes de “resolver tudo”, em alguns contextos eles poderiam “ajudar”. O apoio recebido de entidades como o Cimi, a Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase) e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) – especialmente no início do processo de retomada – também é mencionado com frequência, bem como a solidariedade manifestada por outros povos e por instâncias do movimento indígena.

Com uma longa trajetória de realização de retomadas de terras e unidos aos Tupinambá da Serra do Padeiro por laços históricos, os vizinhos Pataxó Hã-Hã-Hãe são a referência principal no que diz respeito a outros povos indígenas. O fato de o cacique Babau ter vivido um período em Santa Cruz Cabralia, concluindo ali seus estudos, garantiu uma aproximação significativa também com os Pataxó. Sua passagem por Cabralia coincidiu com as mobilizações em torno dos 500 anos de “descobrimento” do Brasil: ele se engajou nos preparativos e 11 indígenas da Serra do Padeiro participaram da manifestação. Em depoimento a COUTO (2012), o cacique afirmou ter recebido, nessa época, “um chamado dos encantados para retornar, para se tornarem *visíveis* e lutarem pela terra” (ênfase minha).

A participação de alguns Tupinambá em espaços de

20 Durante as atividades de identificação e delimitação da TI os membros do grupo de trabalho estabelecido pela Funai expressaram sua oposição à realização de retomadas. Quando conversávamos a esse respeito, os Tupinambá da Serra do Padeiro enfatizavam a firme decisão que os fez agir a despeito disso, realizando a primeira ocupação com o grupo de trabalho em campo. À época, teriam dito à antropóloga coordenadora algo como: “a terra Tupinambá quem demarca é Tupinambá, não você?”.

mobilização junto a representantes de outros povos, no início da luta pela demarcação da TI contribuiu para constituir “redes de relação entre diferentes grupos e de partilha de problemas similares enquanto povos indígenas” (BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2009, p. 405). Naquela época, algumas iniciativas expressaram a solidariedade de outras etnias à luta dos Tupinambá. O Conselho de Caciques Pataxó, por exemplo, enviou uma carta à presidência da Funai reforçando os reiterados pedidos realizados pelos Tupinambá para que se iniciassem os trabalhos de identificação e delimitação da TI Tupinambá de Olivença.²¹ Entoadado na Serra do Padeiro em certas ocasiões, um canto de toré lembra alguns desses laços, estabelecidos, cada qual, em um contexto específico: “Ê, Tupinambá,/ parente dos Pataxó,/ parente dos Kiriri,/ Xakriabá e Kayapó”.

Quanto à política partidária, pode-se notar o envolvimento dos Tupinambá – envolvimento que desejam “cauteloso” – nas esferas estadual e federal, principalmente na forma de apoio a determinados candidatos, ao tempo em que procuram se manter razoavelmente afastados da política partidária municipal. Note-se que os indígenas costumam se apresentar como os principais dinamizadores da economia local: sua organização, que consideram muito superior à de outros segmentos da população, garantir-lhes-ia papel importante nos mercados locais, como produtores e consumidores. Nesse sentido, os comerciantes (de compradores de cacau e farinha a vendedores de eletrodomésticos e motocicletas) têm sido seus principais interlocutores em âmbito local, desempenhando um interessante papel na circulação de informações. Em suas idas e vindas, da cidade à aldeia, eles propiciam o estabelecimento de uma espécie de diálogo rebatido entre os índios e os não-índios contrários à demarcação, que não se processa necessariamente na forma de recados, mas com uma parte sendo supostamente informada, “em primeira mão”, sobre a movimentação da outra.

O papel atribuído pelos indígenas ao governo no sentido

21 A carta está anexada em BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (2009).

de avaliar indiretamente as retomadas também é digno de nota. Referindo-se ao caso Tupinambá, um radialista local haveria afirmado, em seu programa, que o governo precisava “dizer” logo de quem era a terra, se dos índios ou dos fazendeiros. Ora, comentou uma indígena, “o governo já disse de quem é”. Ela avaliava que, por meio de algumas ações, os governos estadual e federal já estariam se pronunciando – em favor dos indígenas. Ela se referia, especialmente, à celebração de dois convênios com a AITSP para a construção de casas de farinha *em áreas retomadas*, respectivamente, na Futurama e na São Jerônimo – o primeiro, com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia (CAR), e o segundo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no marco de uma ação coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A realização de investimento público em retomadas teria suscitado questionamentos, e o fato de a CAR e o PNUD/MMA/MDS terem decidido levar adiante os convênios era considerado pelos indígenas uma importante vitória, já que lhes garantiu um elemento legitimador das retomadas. Tratava-se de uma confirmação, por parte do Estado, do direito à posse do território que ocupavam imemorialmente. No quadro das relações interétnicas vigente na região, os Tupinambá não consideram esses atos legitimadores da posse algo a se desprezar. Está claro, contudo, que, para eles, não é da ação do Estado que emana seu direito ao território – como já se viu, esse direito repousa nas determinações dos encantados.

Ao longo deste texto, buscou-se indicar algumas das características principais assumidas pelas retomadas de terras na Serra do Padeiro. Devido a seu escopo, contudo, não foi possível contrastá-las umas com as outras e, tampouco, observar as transformações sofridas por cada uma delas ao longo do tempo. Tais movimentos analíticos, realizados em outra parte (ALARCON, 2013), indicam que cada manifestação concreta

da *forma retomada* tupinambá combina elementos específicos (relacionados à história de expropriação da área recuperada e à conjuntura quando da ação de retomada, entre outros fatores) e elementos recorrentes ao longo do processo de recuperação territorial (como a observação estrita das determinações dos *encantados* e a adoção de um conjunto de precauções, em razão do quadro de intensa violência contra os Tupinambá e do poder de seus oponentes). Além disso, fica evidente que a apropriação das áreas pelos Tupinambá é muito dinâmica e se inscreve em um projeto mais amplo: a reconstrução de um povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das retomadas de terras praticadas na Serra do Padeiro pode, eventualmente, contribuir para a construção de um quadro analítico das ações coletivas engendradas contemporaneamente pelos povos indígenas – sobretudo em contextos de recuperação territorial –, que expressam diferentes projetos políticos, frequentemente elididos pelas correntes historiográficas hegemônicas (MONTEIRO, 2001, OLIVEIRA, 2006b). Ao mesmo tempo, como se indicou, é preciso ter em mente que a categoria *retomada de terra*, ao passo que carrega os sentidos específicos que lhe atribuem os Tupinambá, extrapola este caso em particular: em sua construção, entremeiam-se as histórias de diferentes povos indígenas. Para avançar na caracterização do que seria a *forma retomada* para além da Serra do Padeiro, é fundamental que se desenvolvam estudos aprofundados em outros contextos etnográficos.

Penso, ainda, que seria possível e fecundo estabelecer comparações entre as retomadas de terras e outros processos de levante marcadamente camponeses e indígenas ocorridos nas Américas, em diferentes momentos da história. Quando, por exemplo, encontro na análise de WOLF (1984) sobre a Revolução Mexicana coincidências bastante específicas com o processo

de retomada na Serra do Padeiro, não posso deixar de pensar na grande quantidade de caminhos de estudo que podem ser abertos pela consideração sistemática e persistente das formas de luta construídas pelos povos indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCON, Daniela Fernandes. *O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004, p. 231-279.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)*. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília.
- BRASILEIRO, Sheila. *A organização política e o processo faccional no povo indígena Kiriri*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- COUTO, Patrícia Navarro de Almeida. *Morada dos encantados: identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, Buerarema, BA*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Mecanismos de formação da propriedade cacaueteira no eixo Itabuna/Ilhéus - 1890-1930 (Um estudo de história agrária)*. 1977. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Livre docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra*

camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Políticas indígenas contemporâneas: régimen tutelar, juegos políticos y estrategias indígenas. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígena en Brasil*. Rio de Janeiro/ Lima: Contra Capa/ Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 2006, p. 127-150.

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 58, p. 73-92, nov. 2000.

_____. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social*, São Paulo, v.17, n. 1, p. 255-280, jun. 2005.

TÓFOLI, Ana Lúcia Farah de. *As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: mobilização étnica e apropriação espacial*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

UBINGER, Helen Catalina. *Os Tupinambá da Serra do Padeiro: religiosidade e territorialidade na luta pela terra indígena*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

WOLF, Eric. México. In: *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global Editora, 1984, p. 17-71.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1994.

Fontes

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. *Diagnóstico fundiário: Terra Indígena Tupinambá de Olivença*.

Brasília: Funai, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Reserva Biológica de Una*: plano de Manejo. Brasília: Ibama, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Decreto de 9 de novembro de 2009. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda Brasilândia e outras”, situado no Município de Una, Estado da Bahia, e dá outras providências. CARTA de apelo dos Índios Tupinambás da Serra do Padeiro pela conclusão da demarcação. Aldeia Serra do Padeiro, s.d. Arquivo da Associação dos Índios Tupinambá da Serra do Padeiro.

CARTA de esclarecimento dos índios Tupinambá da Aldeia Serra do Padeiro sobre a retomada da fazenda Bagaço Grosso. Aldeia Serra do Padeiro, [maio 2004]. Arquivo da Associação dos Índios Tupinambá da Serra do Padeiro.

CARTA de esclarecimento sobre a retomada da fazenda Serra das Palmeiras, da comunidade Serra do Padeiro para autoridades competentes, aliados, parceiros, imprensa, sociedade em geral. Aldeia Serra do Padeiro, 20 fev. 2010. Arquivo da Associação dos Índios Tupinambá da Serra do Padeiro.

COSTA, Manoel Dias. *Ação de interdito proibitório cumulada com pedido de medida liminar em face dos Índios da Tribo dos Tupinambás [sic] da Serra do Padeiro e outros*. Ao Juiz Federal da Seção Judiciária de Ilhéus - Bahia. Itabuna, 28 mar. 2006.

COUTO, Patrícia Navarro de Almeida. Do caboclo Marcelino ao cacique Babau: resistência e criminalização dos Tupinambá de Olivença (comunicação oral). *28ª Reunião Brasileira de Antropologia*. São Paulo: ABA, 2012.

INSTRUMENTO particular de comodato de imóvel rural de prazo determinado entre a Unacafé Agrícola Ltda e José Álvaro da Silva. Una, 6 nov. 2007.

TRABALHO escravo é investigado. *A Tarde*. Salvador, 3 ago. 2007.

UM RELATÓRIO das coisas que foram conquistadas para a aldeia agora em 2004. Aldeia Serra do Padeiro, 2004. Arquivo da

Associação dos Índios Tupinambá da Serra do Padeiro.
VIEGAS, Susana de Matos; PAULA, Jorge Luiz de. *Relatório final circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença*. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 2009.

DANIELA FERNANDES ALARCON – Mestre em Ciências Sociais (UnB), pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (Laepi/UnB). <alarcon.df@gmail.com>.